

PLANO DE ENSINO					
IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
Nome da disciplina	PESQUISA JURÍDICA APLICADA				
Curso	PPGD - Mestrado em Direito				
Ano / Quadrimestre		Horas-aula	30	Créditos	2
Dias e Horários					
Professora	Profa. Dra. Mariana da Rocha Corrêa Silva http://lattes.cnpq.br/1134798507581452				
Contato	marianadarocho@gmail.com				
EMENTA					
Fundamentos epistemológicos do processo de produção de conhecimento. Produção do conhecimento, era digital e inovação tecnológica. Especificidades da pesquisa em direito. Escolha do tema, identificação do problema de pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa. Execução da pesquisa e organização de dados. Análise de dados e informações.					
OBJETIVOS					
Gerais	Identificar os fundamentos epistemológicos e metodológicos do processo de produção de conhecimento científico na área do Direito, possibilitando reflexão crítica e formação de profissionais conscientes das possibilidades e dos limites da pesquisa jurídica; desenvolver os conteúdos e competências necessários à elaboração de um projeto de pesquisa.				
Específicos	1. Identificar as principais formas de registro de informações e de trabalhos acadêmicos, bem como as normas técnicas da ABNT aplicáveis. 2. Identificar as principais abordagens epistemológicas e metodológicas sobre o processo de produção de conhecimento, desenvolvendo concomitantemente as competências de reflexão e análise crítica necessárias no exercício da pesquisa. 3. Identificar as especificidades da pesquisa e da produção do conhecimento jurídico, bem como os limites e possibilidades de produção de conhecimento científico na área de Direito. 4. Trabalhar os conteúdos teóricos e técnicos e desenvolver as competências necessárias à elaboração de um projeto de pesquisa. 5. Integrar a metodologia jurídica às abordagens das Ciências Humanas e Sociais. 6. Desenvolver o pensamento crítico na formulação de problemas e hipóteses de pesquisa.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<i>Fundamentos da Pesquisa Jurídica</i> - Epistemologia e a ciência do Direito: o que significa pesquisar no Direito? - Diferenças entre pesquisa dogmática e pesquisa empírica no Direito. - Interdisciplinaridade e integração com as Ciências Humanas e Sociais. - Ética na pesquisa jurídica: integridade acadêmica, plágio e boas práticas.					
<i>Métodos Científicos Aplicados ao Direito</i>					

- O método dogmático-jurídico: interpretação e sistematização das normas.
- O método hermenêutico: interpretação do Direito e argumentação jurídica.
- O método histórico e sociológico: a evolução do Direito e sua relação com a sociedade.
- O método normativo e prescritivo: a construção de normas e sua aplicabilidade.
- Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa jurídica.
- Uso de bases de dados e fontes para pesquisa empírica no Direito.

Estruturação do Projeto de Pesquisa

- Formulação do problema de pesquisa: delimitação e relevância do tema.
- Construção de hipóteses e objetivos de pesquisa.
- Revisão de literatura: mapeamento do estado da arte.
- Definição da metodologia e justificativa metodológica.
- Organização e escrita acadêmica no Direito: normas da ABNT e padrões de revistas científicas.

Desenvolvimento Prático do Projeto de Pesquisa

- Oficina de escrita: estruturação e revisão dos projetos de pesquisa.
- Apresentação dos projetos de pesquisa.
- Debate e ajustes metodológicos.
- Reflexão sobre os desafios da pesquisa no mestrado e no campo jurídico.

AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação

1 Projeto de pesquisa (80% da nota final da disciplina)

Elaboração do projeto de pesquisa que será desenvolvido no Mestrado.

Os projetos de pesquisa serão avaliados levando em consideração a estrutura, coerência metodológica e relevância científica, por meio dos seguintes critérios: clareza e delimitação do problema de pesquisa; construção da hipótese e objetivos da pesquisa; revisão da literatura e fundamentação teórica; metodologia e justificativa metodológica; estruturação e organização do projeto; escrita acadêmica e normas técnicas; relevância e contribuição científica.

2 Participação e frequência (20% da nota final)

Haverá o acompanhamento da frequência e participação dos alunos nas aulas (debates e atividades sugeridas). Os alunos devem realizar as atividades e leituras propostas ao final de cada aula e, sempre que solicitado, trazer na aula seguinte a atividade finalizada.

Para avaliação, serão considerados: presença e postura em sala de aula; domínio dos conteúdos, da literatura indicada e de atividades complementares; qualidade das atividades elaboradas e das participações; contribuição para o debate.

3 Consolidado

Haverá a elaboração de um consolidado do conteúdo trabalhado em cada uma das aulas. No início de cada aula ocorrerá a indicação de um ou mais alunos encarregados de redigirem um consolidado da aula pontuando os principais pontos debatidos e as principais conclusões. Esse consolidado será relatado ao final da aula, 20 (vinte) minutos antes do horário fixado para o seu término; o tempo para apresentação do relatório será de 10 (dez) minutos, ficando os 10 (dez) minutos restantes para a complementação do consolidado por parte dos demais alunos.

Para fins da avaliação final da disciplina o peso dos consolidados, na composição do conceito final, será equivalente a 10%. Os elementos considerados na avaliação serão: capacidade de síntese; fidelidade do relatório com o conteúdo dos debates e suas conclusões; postura, didática e qualidade da comunicação com o grande grupo.

Critérios para aprovação	Tendo em vista o que dispõe o Regimento do Programa Pós-graduação em Direito do UNIVEM e a legislação federal em vigor, apenas obterá aprovação o aluno que: • obtiver nota final 7 (sete) ou superior, decorrente das avaliações regulares da disciplina, na forma estabelecida neste plano de ensino; e • comparecer no mínimo a 80% (oitenta por cento) das aulas ministradas e atividades desenvolvidas. No cálculo da nota final será atribuída nota 0 (zero), no item específico e dentro do peso previsto neste plano de ensino, ao aluno que não comparecer às atividades sob sua responsabilidade ou não apresentar os trabalhos na forma e nos prazos estabelecidos.
FONTES	
Básicas	BEDÊ, Fayga Silveira; MESQUITA; Érica Linhares; PUCCI; Fernanda Patrícia Lima de Oliveira. Receita fastfood para o autoplágio em Direito: duas doses de ensino jurídico homogeneizante e uma de produtivismo acadêmico – bata tudo até obter uma massa uniforme de pesquisadores-copistas – sirva com moderação. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 13, n. 3, 2018, p. 1205-1231. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/34878/pdf BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED, 1999. NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. São Paulo, FGV, Cadernos Direito GV, n. 1, p. 1-19, set. 2004. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2779 PEIXOTO, Fabiano Hartmann; MARTINS DA SILVA, Roberta Zumblick. Inteligência artificial e Direito. Curitiba: Alteridade, 2019. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Construindo projetos de pesquisa na área do Direito. In: PIRES, Cecília Maria Pinto; PAFFARINI, Jacopo; CELLA, José Renato Gaziero (org.). Direito, democracia e sustentabilidade. Erechim, RS: Deviant, 2017. p. 73-105. RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GOEDERT, Gabriela; ANGIOLETTI, Jessica Kindlein. A ciência e suas classificações: onde fica a Ciência do Direito? In: RODRIGUES, Horácio Wanderlei (org.). Conhecer Direito III: Anais do I Encontro Brasileiro de Pesquisa e Epistemologia Jurídica. Florianópolis: CAD, 2015. p. 381-416. Disponível em: http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=1819 RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GRUBBA, Leilane Serratine. Conhecer Direito I: a teoria do conhecimento no século XX e a Ciência do Direito. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. Disponível em: http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=1819 ROVER, Aires José; CARVALHO, Marisa Araújo (orgs.). O sujeito de conhecimento na sociedade em rede. Florianópolis: FUNJAB, 2010. SARLO, Oscar. El marco teórico en la investigación dogmática. In: COURTIS, Christian; ATIENZA RODRÍGUES, Manuel (coord.). Observar la ley: ensayos sobre metodología de la investigación jurídica. Madrid: Trotta, 2006. p. 175-208. Disponível em: https://www.academia.edu/5113565/El_marco_teorico_en_la_investigacion_dogmatica VERONESE, Alexandre; FRAGALE FILHO, Roberto. Pesquisa em Direito: as duas vertentes vs. a não-pesquisa. In: RODRIGUES, Horácio Wanderlei; MAROCCO, Andréa de Almeida Leite (orgs.). Conhecer Direito IV: Anais do II Encontro Brasileiro de Pesquisa, Educação e Epistemologia

	Jurídica. Chapecó, SC: Argos/Unochapecó, 2016. v. 2, p. 199-241. Disponível em: http://www.editoraargos.com.br/farol/editoraargos/servicos/servicos-argos/anais-/21
Complementares	ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, v. 4, p. 171-187, 1998. Disponível em: https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/view/661 ALVES, Rubens. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1983. BEDÊ, Fayga Silveira; SOUSA, Robson Sabino de. Por que a área do Direito não tem cultura de pesquisa de campo no Brasil? Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 8, n. 1, abr. 2018, p. 783-796. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4944/3703 BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. CARVALHO, Salo de. Como NÃO se faz um trabalho de conclusão. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. DENCKER, Ada de Freitas Maneti; VIÁ, Sarah Chucid da. Metodologia da pesquisa: pesquisa empírica em ciências humanas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. FALCÃO, Joaquim (org.). Pesquisa científica e Direito. Recife: Massangana, 1983. FONTAINHA, Fernando. Metodologia da pesquisa. Rio de Janeiro: GV Direito Rio, 2015. Disponível em: http://direitorio.fgv.br/sites/direitorio.fgv.br/files/u100/tcc_i_-_metodologia_da_pesquisa_2015-1.pdf FOUREZ, Gérard. A construção das ciências. São Paulo: UNESP, 1995. FRAGALE, Roberto. Quando a empiria é necessária? In: XIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2005, Fortaleza. Anais ... Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/135.pdf. FRAGALE, Roberto; VERONESE, Alexandre. A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. RBPG, v. 1, n. 2, p. 53-70, nov. 2004. Disponível em: http://ojs.rbpq.capes.gov.br/index.php/rbpq/article/view/40. GUSTIN, Miracy B. S.; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Metodologia científica na pesquisa jurídica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. LAUDAN, Larry. O progresso e seus problemas: rumo a uma teoria do crescimento científico. São Paulo: UNESP, 2010. LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 10. ed. São Paulo: Rev. Tribunais, 2014. LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012. MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: ARTMED, 2004. MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no Direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. MONEBHURRUN, Nitish. Metodologia jurídica: técnicas para argumentar em textos jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2015. NOBRE, Marcos et. al. O que é pesquisa em Direito? São Paulo: QuartierLatin, 2005.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

OLIVEIRA, Luciano; ADEODATO, João Maurício. **O estado da arte da pesquisa jurídica e sócio-jurídica no Brasil**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 1996.
Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/pesquisas-do-cej/o-estado-da-arte-da-pesquisa-juridica-e-sociojuridica-no-brasil>.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica: passo a passo**. São Paulo: Método; 2015.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina. **Metodologia da pesquisa em Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (orgs.). **Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Saraiva, Direito GV; 2012.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. Florianópolis: EMais, 2018.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da comunicação nos trabalhos científicos**. Florianópolis: Conceito, 2007.

PASOLD, César Luiz; OLIVEIRA, Álvaro Borges de. **Momento decisivo: apresentação e defesa de trabalho acadêmico**. Florianópolis: Momento Atual, 2003.

PIRAGIBE DA FONSECA, Maria Guadalupe. **Iniciação à pesquisa no Direito**. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2009.

POPPER, Karl. O mito do contexto. **Em defesa da ciência e da racionalidade**. Lisboa: Edições 70, 2009.

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Trabalhos para cursos e programas integrantes da educação superior. **Opinião Jurídica**, Fortaleza, Faculdades Christus, a. IV, n. 7, p. 124-144, 2006/1.
Disponível em: http://www.faculdadechristus.com.br/downloads/opinio_juridica/revista_opinio_juridica_07_e_dt.pdf

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Apresentação formal de trabalhos acadêmicos. **Opinião Jurídica**, Fortaleza, Faculdade Christus, v. V, n. 9, 2007, p. 127-164. Disponível em: http://www.faculdadechristus.com.br/downloads/opinio_juridica/revista_opinio_juridica_09_e_dt.pdf

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. O processo como espaço de objetivação do Direito. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, UNISC, n. 34, jul.-dez. 2010, p. 75-96. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/viewFile/1811/1230>

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GRUBBA, Leilane Serrattine; HEINEN, Luana Renostro. **Conhecer Direito II: a Epistemologia Jurídica no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2014. Disponível em: http://funjab.ufsc.br/wp/?page_id=1819

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2019.

VENTURA, Deisy. **Monografia jurídica: uma visão prática**. 2. ed. Porto Alegre: Liv. Advogado, 2018.

VENTURA, Deisy. Do Direito ao método e do método ao Direito. In: CERQUEIRA, Daniel Torres de; FRAGALE FILHO, Roberto. **O ensino jurídico em debate**. Campinas: Mellennium, 2007. p.

VIEIRA, José Ribas. **Instrumentos e experiências acadêmicas: a busca do perfil de pesquisa nas dissertações e teses em Direito**. Revista da Faculdade de Direito de Campos, a. VII, n. 9, p. 103-117, dez. 2006. Disponível em: <http://www.fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista09/Artigos/JoseRibas.pdf>

